

## HISTÓRIA E MUNDO ATLÂNTICO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA ESCRAVIDÃO AFRICANA NAS AMÉRICAS

Matheus Silveira Guimarães<sup>1</sup>

### Introdução

Quando, em 1989, caía o Muro de Berlim, simbolizando o fim da Guerra Fria, o mundo passou a vivenciar uma nova fase das relações entre os países. As inovações tecnológicas ocorridas desde a década de 1970, as transformações políticas e econômicas aceleraram os processos de integração regional nas Américas e, principalmente, na Europa, o desenvolvimento de meios de transporte e comunicação, entre outros aspectos, passaram a configurar o que se denominou de “nova ordem mundial”. O mundo estaria vivenciando uma nova fase: a globalização. Contudo, o fenômeno da globalização que tanto é citado nos últimos anos é apenas mais uma fase de um processo mais amplo iniciado desde o século XV.

A expansão europeia inaugurada pelos ibéricos desde o século XV com as grandes navegações permitiu, pela primeira vez, um contato entre os povos de todos os continentes do planeta. Desde então, vários fatores contribuíram para que o intercâmbio entre as diversas regiões do mundo se intensificassem. Europeus, africanos, os nativos da América e asiáticos estabeleceram (intencionalmente ou não) uma rede extremamente complexa de trocas econômicas, políticas, culturais e biológicas. Uma das principais atividades que permitiram a conexão entre esses vários continentes foi o comércio de escravizados.

Diante desses aspectos, os historiadores têm pensado em formas de compreender essas interações estabelecidas. Dentre as propostas discutidas, nos últimos anos, destaca-se o conceito de *Mundo Atlântico*. Apesar de essa abordagem já vir sendo feita desde os últimos anos do século XIX, o termo em si surge apenas na década de 1940, tomando força duas décadas depois. Na virada do século XX para o século XXI, o conceito ganha uma proporção muito grande, sendo bastante aceito pelos estudiosos. A abordagem atlântica tem contribuído com importantes elementos para uma melhor compreensão da experiência escravista nas Américas. O objetivo deste trabalho, assim,

---

<sup>1</sup> Mestrando em história pela Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da professora Doutora Solange Rocha. Graduado em história pela mesma instituição. Vinculado ao Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista.

é fazer uma discussão sobre o conceito de *Mundo Atlântico*, destacando para como este é utilizado pelos estudiosos da escravidão.

### **Notas para a história do *Mundo Atlântico***

Bernard Bailyn, um dos principais representantes do que podemos chamar de *Atlantic History*, afirma que, desde 1917, já havia uma indicação para se pensar as relações entre Estados Unidos e Europa interligados em uma “comunidade Atlântica”. Havia interesses políticos e diplomáticos naquele momento. Contudo, a posição isolacionista dos EUA não permitiu a continuidade da ideia. Isso ocorreu com mais concretude após a Segunda Guerra (BAILY, 2005, p. 6-7).

Com o contexto da Guerra Fria e uma nova aproximação dos EUA com a Europa houve um impulso para se pensar o Atlântico como uma comunidade. Essas questões e demandas acabaram, então, por ser incorporadas pelos historiadores (e pela academia em geral) que passaram, principalmente, a partir da década de 1950, a dedicar seus estudos a uma perspectiva atlântica. Ainda nesse período surgiram várias instituições voltadas especificamente para esse tema. A grande questão no momento era pensar a civilização ocidental (em contraposição ao bloco soviético) e havia fortes interesses políticos e ideológicos envolvidos (ARMITAGE, 2004, p. 10).

A partir da década de 1960, com certo esfriamento das (ainda assim, tensas) relações entre Estados Unidos e União Soviética, e novas técnicas, como a demografia histórica, a *História Atlântica* distanciou-se um pouco da pressão política-ideológica e ganhou nova propulsão. Trabalhos como o de Pierre Chaunu e de Phillip Curtin trouxeram novos elementos para se pensar na perspectiva atlântica. A ideia agora não era apenas focar nas relações EUA e Europa, mas sim compreender um complexo entre América do Norte, América do Sul, Europa e África que estavam inseridos em trocas econômicas, demográficas, políticas, culturais etc (BAILY, 2005, p. 32-34).

Não vamos aqui, contudo, apresentar todo o debate construído acerca do conceito de Mundo Atlântico por todo o século XX. Passaríamos um tempo muito, cansando, assim, o leitor. Como afirmou David Armitage (2004), estamos vivendo um importante momento da produção historiográfica em uma perspectiva atlântica. Cabe-nos, então, refletir sobre o que significa essa abordagem e quais os caminhos está seguindo. Vamos às principais questões que nos interessa no momento: afinal de contas,

quais são as principais conclusões dos autores que trabalham nessa perspectiva? O que poderíamos denominar de Mundo Atlântico?

Bernard Bailyn (2005, p. 4-6), para responder a esses questionamentos, utilizou-se de uma estratégia da negação, ou seja, afirmar aquilo que não seria uma História Atlântica. Para o autor, pensar a história a partir de uma perspectiva atlântica não é fazer o mesmo que Fernand Braudel fez em relação ao Mediterrâneo. Este historiador teria analisado o mar Mediterrâneo de uma forma estática, quase ahistórica, o que não acontece na abordagem atlântica. Da mesma maneira, uma história atlântica não seria uma história “imperial”, destacando a história dos impérios ultramarinos, apesar de estes pensarem em uma perspectiva transatlântica. Bem como os historiadores que se dedicaram ao período de expansão europeia no período dos descobrimentos não estariam trabalhando a partir de uma abordagem atlântica. Talvez o grande diferencial em relação a essas vertentes historiográficas consista no fato de não fazerem uma discussão conceitual, nem terem a preocupação de integrar determinados temas.

O autor apresenta o debate no decorrer do século XX e aponta para as principais contribuições de uma História Atlântica. Para ele, o que diferencia a abordagem atlântica é que esta se preocupa com vários aspectos ao mesmo tempo. Pensa as relações entre várias regiões que compunham o oceano Atlântico. Interagem aspectos demográficos, econômicos, políticos, sociais e culturais, articulando sempre as especificidades locais e a dinâmica geral do Atlântico. Nas palavras de Bernard Bailyn, “In many ways, then—in demographic, social, economic, and political history—the unit of discussion had broadened out to encompass the entire Atlantic basin” (BAILYN, 2005, p. 50). O Mundo Atlântico seria o resultado do encontro de mundos distintos.

Philip Morgan e Jack Greene possuem uma definição muito próxima ao proposto por Bailyn. Segundo eles, uma História Atlântica

is an analytic construct and an explicit category of historical analysis that historians have devised to help them organize the study of some of the most important developments of the early modern era: the emergence in the fifteenth century and the subsequent growth of the Atlantic basin as a site for demographic, economic, social, cultural, and other forms of exchange among and within the four continents surrounding the Atlantic Ocean—Europe, Africa, South America, and North America—and all the islands adjacent to those continents and in that ocean. As people, pathogens, and plants—to mention just three key agents of change—moved ever more intensively across the Atlantic, profound transformations occurred in all spheres of life. Events in one place had repercussions in others (MORGAN; GREENE, 2009, p.3).

Esses autores atentam para um aspecto não lembrado por Bernard Bailyn: o biológico. Não apenas pessoas, bens materiais e culturais circularam pelo Atlântico formando um mundo em particular. Plantas e doenças também. Este foi um das características destacadas por Luis Felipe de Alencastro (2000) em obra que falaremos mais adiante.

Morgan e Greene apresentam algumas das principais críticas feitas à perspectiva atlântica. A primeira delas diz respeito à coerência e falta de unidade em se pensar um Mundo Atlântico, sendo este impossível. Os autores rechaçam tal crítica, afirmando que apesar de ser algo muito complexo e diverso, há um mínimo de coerência no atlântico. Isso porque a circulação estabelecida neste criou certa unidade, que não implica dizer que se apaga, com isso, a heterogeneidade.

A segunda crítica gira em torno do fato de o Atlântico, pensado dessa maneira, fecha-se nele mesmo, não se abrindo a pensar outros oceanos. Sem dúvida, havia trocas deste oceano com outros. Contudo, as trocas estabelecidas pelos europeus, americanos e africanos mediadas pelo Atlântico foram mais significativas e numerosas do que destas com outras partes do mundo. Em terceiro lugar, os críticos da História Atlântica a veem como uma “história imperial” melhorada, não caracterizando necessariamente um campo específico. Em defesa da ideia de Mundo Atlântico, Morgan e Greene admitem a importância de se pensar os impérios, mas ressaltam que as fronteiras dos impérios eram muito mais flexíveis do que imaginamos. Nessa perspectiva, a abordagem atlântica apreenderia melhor esses detalhes.

As quarta e quinta críticas consistem no fato de a História Atlântica não levar em consideração as populações do interior dos continentes, focando mais em suas margens e no fato de dedicar-se mais às relações transnacionais, esquecendo, assim, as regiões fronteiriças. Em resposta a tais acusações, os autores afirmam que os “atlanticistas” não esquecem essas populações interioranas. Ao contrário. Tentam sempre articular aspectos locais ao contexto mais amplo do Atlântico, além de destacar como este interfere nas regiões mais distantes.

As considerações desses historiadores também são feitas por David Armitage (2004). Para este autor, o principal atrativo da história atlântica está em seu caráter natural. Quando pensando no Mundo Atlântico, as fronteiras geográficas forjadas pela formação dos Estados Nacionais não são prioritárias. Contudo, apesar de sua característica natural, o Atlântico foi construído historicamente. A expansão europeia da

modernidade conectou as várias partes do oceano e só a partir desse contexto que podemos pensar em um Mundo Atlântico.

Armitage propõe três formas de compreensão para essa história atlântica: circunatlântica; transatlântica; e cisatlântica. A primeira deve ser pensada como uma área de trocas e circulação constante. Sendo a maneira mais óbvia de se pensar o Atlântico, a história circunatlântica apresenta-se não como nacional ou regional, mas como interconexão constante das áreas em que transitavam europeus, africanos e americanos. Uma zona de circulação de ideias, mercadorias, pessoas, doenças etc. Uma história necessariamente diaspórica, em que há resquícios de heranças culturais, mas os indivíduos estão em contato direto com novas experiências. Nessa história circunatlântica, devem ser considerados apenas os aspectos culturais e identitários, bem como os políticos e econômicos

A segunda forma proposta por Armitage (2004) é a transatlântica. Esta seria feita por intermédio de comparações. Uma história pensada em perspectiva atlântica, mas que leva em consideração os Estados que compõe o oceano. Várias sociedades distintas que são pensadas a partir de um ponto comum, que é a experiência do Atlântico. Essa é uma preocupação apresentada também por outros historiadores. Uma abordagem ampla e complexa como a proposta feita pelos historiadores do atlântico necessita de uma articulação entre várias partes que formam o oceano e, muitas vezes, estabelecer comparações entre elas, identificando o que há de semelhante e distinto. John Elliot (2006), por exemplo, pensando em uma perspectiva atlântica propõe um estudo comparativo entre os impérios espanhol e britânico.

Por fim, o último conceito de história atlântica, a cisatlântica. Esta busca a articulação entre o local e o global. Pensar em especificidades regionais, levando sempre em consideração o contexto mais amplo do Atlântico a qual estava inserido. A economia atlântica interferia nas relações econômicas domésticas. A lógica de dominação desenvolvida nos quatro cantos do oceano também necessitava a incorporação das elites locais. Por mais distantes que pudessem estar, a vivência local estava conectada ao contexto amplo do Atlântico. Vale ressaltar, como destaca Armitage, que essas três formas de se pensar a história atlântica não se excluem. Elas estão articuladas entre si e podem ser pensadas concomitantemente.

A perspectiva atlântica pode ser pensada a partir dos pressupostos da História Social inglesa desenvolvida, principalmente, a partir da década de 1960. O trabalho de Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2008) é bastante representativo nesse sentido. Esses

historiadores propõem fazer uma “história vista de baixo”, pensam os conflitos e dominação de classe, refletindo sobre as experiências dos trabalhadores em uma perspectiva atlântica. Na palavras dos autores,

Nosso livro é um olhar de baixo pra cima. Tentamos recuperar alguma coisa da história perdida da classe multiétnica essencial ao surgimento do capitalismo e da moderna economia global. A invisibilidade história de muitos dos sujeitos deve-se em grande parte à repressão de que foram vítimas: a violência da fogueira, do cepo, da forca e dos grilhões de um escuro porão de navio. Também deve muito à violência da abstração com que a história é escrita, à severidade da história que há muito é cativa do Estado-nação, que em muitos estudos continua sendo a moldura de análise largamente incontroversa. Este livro trata de conexões que, no decorrer dos séculos, têm sido geralmente negadas, ignoradas, ou que simplesmente passaram despercebidas, mas que, apesar disso, influenciaram profundamente a história do mundo em que todos vivemos e morreremos (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 15).

Eles resumem em poucas linhas como é possível e importante compreender a formação do mundo em que vivemos hoje em uma perspectiva atlântica e como os elementos da história social podem ser utilizados dessa maneira. Além de destacarem a “história vista de baixo”, os conflitos de dominação de classe e a agência história dos subalternos, Linebaugh e Rediker tocam em um ponto que nos é interessante neste capítulo: “a violência da abstração da escrita da história”, de como esta é capaz de apagar as experiências vividas por milhões de pessoas, que de alguma forma ainda nos é presente<sup>2</sup>.

Se a proposta é uma história atlântica vista de baixo, a presença dos africanos escravizados é fundamental. A história atlântica foi por muito tempo vista apenas de uma perspectiva do Norte (europeia e estadunidense). É preciso pensá-la a partir de outras perspectivas, ressaltando também outras áreas, como o Atlântico sul (ARMITAGE, 2004). Como a interessante metáfora de Linebaugh (1983, p. 32) demonstra: “imagine sua mão como um oceano e os dedos como continentes: o dedo indicador é a Inglaterra, o dedo do meio é a África, o dedo anular são as Índias Ocidentais, e o mindinho é a América do Norte. Eles cooperam para construir uma imensa comunidade. O polegar associa a todos eles: é o navio”. Dentre os vários navios que conectaram o Mundo Atlântico, o negreiro foi o mais marcante.

---

<sup>2</sup> Outro interessante exemplo de uma história social do mundo atlântico pode ser percebida em Marcus Rediker (2011). Nesta obra, o autor apresenta diversas experiências atlânticas: traficantes, comerciantes, marujos, piratas, escravizados etc, destacando sempre os aspectos de classe.

Diante dessas considerações, podemos perceber o Mundo Atlântico como uma abordagem que tenta permitir a compreensão do nosso passado a partir das conexões estabelecidas em vários pontos do oceano. É inserido em um contexto mais amplo e complexo que as várias especificidades locais se formaram. Com efeito, esse conceito permite percebermos o processo histórico de maneira mais abrangente, destacando as várias circulações de pessoas, mercadorias, valores, administração etc, articulando o contexto macro às especificidades locais. Podemos analisar o Mundo Atlântico a partir de uma perspectiva da história social, enfatizando a agência e experiências vividas pelos “de baixo”, mais especificamente os africanos. A história atlântica ainda tem muito a contribuir para uma melhor compreensão da sociedade escravista formada no Brasil oitocentista.

### **A escravidão e o Mundo Atlântico**

Percebendo o Mundo Atlântico como um complexo que envolvia três continentes em constantes trocas comerciais, políticas, sociais, culturais, religiosas, biológicas etc, um ponto que não podemos deixar de levar em consideração é que, desde o século XVI (início da formação do Mundo Atlântico) até meados do XIX, a atividade que mais movimentou a circulação do oceano foi o mercado de escravos. Não podemos pensar o Mundo Atlântico sem a escravidão, bem como a escravidão não pode ser compreendida fora desse complexo.

Desde a década de 1980, como nos lembra Silvia Lara (2005), a historiografia brasileira tem se preocupado em estudar aspectos relacionados ao nosso passado escravista, dando destaque às experiências vividas pelos escravizados. Novas fontes, novos objetos e novas abordagens levaram os historiadores a destacar questões como a da resistência cotidiana, as solidariedades e as diversas interpretações do mundo feitas pelos escravizados. O objetivo era colocá-los em uma posição de agentes sociais. As experiências dos escravizados africanos começavam muito antes de eles serem aprisionados e submetidos ao cativeiro. Com efeito, essa nova perspectiva deveria levar em consideração os aspectos das vidas dessas pessoas desde a África.

Esse movimento da historiografia brasileira estava inserido em debates historiográficos estabelecidos em outros países do mundo. Novos estudos sobre o império português e suas várias dimensões apontavam para a flexibilização da relação entre Metrópole e Colônia. O Brasil não teria exclusividade de suas relações com

Portugal. Ao contrário. “Aos poucos, os nexos imperiais das políticas metropolitanas e das dinâmicas coloniais foram se impondo nas análises, fazendo que eventos ‘brasileiros’ pudessem ser analisados em conexão com outros ocorridos na África ou na Índia” (LARA, 2005, p.32). Nessas relações imperiais, o comércio de escravos assumia posição fundamental. O Brasil era o principal mercado interessado nesse comércio. A escravidão no Brasil deveria, assim, ser pensada em conexões diretas com a África.

Um dos autores pioneiros nesse debate foi Pierre Verger. Fotógrafo por profissão e um historiador auto-didata, o francês Verger publicou em 1968 a primeira edição de *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*, tendo sua publicação em português viabilizada duas décadas posteriores. Devido a essa obra, Verger recebeu da Sorbonne o título de Doutor, sendo reconhecido, assim, pela academia.

Seu objetivo era estudar as relações estabelecidas por intermédio do Atlântico na formação do Brasil e da África Ocidental. Nas palavras do autor,

o que procuro mostrar aqui, fundamentalmente, são as conexões e influências, sutis ou declaradas, que se desenvolveram entre as duas regiões [...]. Espero ser este livro capaz de transmitir a impressão de unidade que tanto me surpreendia, em minhas frequentes idas e vindas entre a Bahia e o antigo Daomé, na medida em que muito me impressionava encontrar numa margem do Atlântico coisas familiares e semelhantes àquilo que existia do outro lado (VERGER, 2002, p. 23).

Pierre Verger propunha, com isso, uma chave interpretativa que mais adiante seria chamada de História Atlântica, como temos demonstrado. Uma abordagem que destaque o Atlântico como um todo complexo, em que suas margens se articulam e se interferem mutuamente. A formação do Brasil teria se dado em conexão com a África e vice-versa. Contudo, na década de 1960, Verger não era o único a trabalhar nessa perspectiva. Autores ingleses e estadunidenses já apontavam para essa direção.

Publicado no final da década de 1960, o inaugural livro de Philip Curtin, *The Trans-Atlantic Slave Trade*, traz novas considerações acerca de como se trabalhar em perspectiva atlântica. Seu objetivo era reorganizar os dados acerca da diáspora africana durante os séculos de atividade do comércio de escravos. O próprio título do sugere a preocupação do autor em analisar as articulações entre os dois lados do oceano. Seu livro é de extrema importância por ser um dos primeiros a trabalharem com a demografia histórica e por não estarem diretamente envolvidos com os debates político-ideológicos que afetavam os estudos atlânticos à época (CURTIN, 1969).

Na década de 1970, outro estudo foi fundamental para se pensar as relações no Atlântico, principalmente do ponto de vista cultural. No contexto imediatamente posterior às lutas por direitos civis e políticos dos negros nos Estados Unidos da Amériac, os antropólogos Sidney Mintz e Richard Price publicaram *O nascimento da cultural afro-americana* (2003). O objetivo era estudar a formação de uma cultura que não havia sido forjada apenas na África ou na América, mas no intercâmbio entre os dois lados do Atlântico, daí porque pensar a ideia de “afro-América”. Na medida em que os europeus chegaram à África e à América, e em que os africanos foram escravizados para o Novo Mundo, seria impossível não pensar em uma reorganização cultural. Tudo isso teve como cenário o oceano Atlântico.

No período que compreende a escravidão, muitos foram os intercâmbios culturais e sociais, mediados pelo comércio de africanos escravizados. Ao chegar às terras da América, os africanos precisavam recuperar-se do trauma e reconstruir suas vidas. Aliás, desde o momento de embarque, as pessoas escravizadas já buscavam estabelecer vínculos com pessoas próximas. Por intermédio do trabalho, das relações familiares e de compadrio, da religiosidade etc, construíram-se novos vínculos culturais, sem deixar de lado a herança cultural que traziam. Essa troca cultural e social é a principal característica do Mundo Atlântico.

No início da década de 1990, John Thornton publicou seu clássico *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico (1400-1800)*, reforçando essa abordagem. A história do Atlântico, segundo o autor, tornou-se importante objeto de estudos. Contudo, é preciso destacar o papel da África nesse processo. Muitos dos estudos produzidos até então, voltavam-se para a Europa. O continente africano e seus habitantes eram vistos de maneira passiva. É preciso, assim, trazer à tona a importância da África. Para compreendermos as sociedades escravistas nas Américas, não podemos abrir mão de levarmos em consideração os antecedentes africanos.

Nesse sentido, não podemos ver os africanos escravizados como passivos nesse processo. Eles tiveram papel fundamental no intercâmbio pelo Atlântico. Os europeus, ao chegarem na África, tiveram que estabelecer alianças com os reinos africanos. Ademais, aqueles que foram submetidos ao trajeto oceânico e tornados escravos, reorganizaram suas crenças e interpretações do mundo a partir das condições que possuíam. Não foram *aculturados*. Para Thornton, “os africanos controlavam o caráter de suas interações com a Europa. Os europeus não possuíam o poderio militar para

forçar os africanos a participarem de nenhum tipo de comércio no qual seus líderes não desejassem se engajar” (THORNTON, 2004, p. 48).

Esse debate chega ao Brasil com mais força na virada do século XX para o XXI. Uma das obras mais significativas e marcantes no debate sobre o Mundo Atlântico no Brasil destacando a escravidão foi publicada em 2000 por Luís Felipe de Alencastro, *O Trato dos Viventes*. Como o próprio subtítulo sugere: o Brasil formou-se fora do Brasil. A história do nosso país não compreende exatamente a história de nosso território. Brasil e África se completam por intermédio do Atlântico. Para ele,

A colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola. Desde o final do século XVI, surge um espaço ateritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que surge o Brasil no século XVIII. [...]. O que se quer, [...], é mostrar como essas duas partes unidas pelo oceano se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade ainda marca profundamente o Brasil contemporâneo (ALENCASTRO, 2000, p. 9).

O elemento que integrou a complexidade expressa pelo Mundo Atlântico foi o trato de viventes. A partir do século XVII, quando o comércio de africanos escravizados se fortalece, praticamente todas as trocas econômicas, políticas e culturais estabelecidas pelo Atlântico circulam em torno do mercado de escravos. O autor demonstra as várias circulações de animais, alimentos, pessoas e até doenças que se criaram após o trato de viventes. Para pensarmos a sociedade brasileira, dessa maneira, precisamos inseri-la nesse complexo atlântico estabelecido e desenvolvido desde o século XVI.

Alberto da Costa e Silva admite também que os contatos eram muito frequentes entre as várias partes do Atlântico. Os vínculos estabelecidos, sobretudo, entre o litoral africano e a costa das Américas era muito fortes. Isso fazia com que as informações circulassem por todo o oceano. Seja via mercadores, marinheiros, escravos, ex-escravos que retornavam à África, o que se passavam de um lado do Atlântico, repercutia no outro. A principal fonte para todo esse intercâmbio de pessoas e informações se dava, principalmente, devido ao comércio de escravos. Mas o contato e a aproximação criados iam além do caráter econômico. Para Alberto da Costa e Silva,

Ainda que os contatos diretos entre europeus, americanos e africanos não passassem, na África, muito além da linha em que findavam as praias, as notícias esgarçavam-se pelo interior e certas novidades, e só certas novidades, expandiam-se rapidamente. Assim, a África recebeu e

africanizou a rede, a mandioca e o milho, enquanto o Brasil e Cuba faziam seus dedes, a malagueta e a panaria da Costa (SILVA, 2003, p. 54).

A constituição do Mundo Atlântico alterou definitivamente os hábitos dos dois lados do oceano e não interferia apenas em suas margens, mas penetrava no interior de cada continente. O espaço atlântico é muito mais amplo e complexo do que as costas continentais que são ligadas pelo oceano.

\* \* \*

Assim como esses autores citados, muitos outros têm produzido no Brasil e no mundo pesquisas sobre a escravidão nas Américas, partindo de uma perspectiva atlântica em que se destaque as experiências vividas pelos escravizados desde a África e levando em considerações as articulações entre os vários lados do oceano. Dessa maneira, percebemos que a formação da sociedade escravista foi um processo complexo e articulado.

Nosso objetivo aqui não foi apresentar todo o debate acerca do conceito de Mundo Atlântico ou apresentar todos os autores que trabalham com essa abordagem. Poderíamos citar outros tantos que têm desenvolvido pesquisas e estudos em uma perspectiva atlântica. Tentamos demonstrar a importância do debate e as possíveis contribuições para o estudo da escravidão africana. Acreditamos que o conceito trabalhado é de importante funcionalidade para compreendermos nosso passado colonial.

A formação do Novo Mundo se deu em um processo bastante complexo que envolveu vários fatores (políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais) mediante a circulação de pessoas, mercadorias e ideias. O conceito de Mundo Atlântico, então, contribui como importante ferramenta teórica para interpretar essa realidade. Precisamos aprofundá-lo, refletindo sobre o referido conceito e pensando as formas de utilizá-lo em nossas pesquisas.

## Referências

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul (séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAILYN, Bernard. **Atlantic History**: concept and contours. Cambridge: London: Harvard University Press, 2005.

CURTIN, Philip D. **The Trans-Atlantic Slave Trade: a Census**. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

LARA, Silvia Hunold. “Historiografias conectadas”, In: BICALHO, M. F., FERLINIO, V. L. A. (Orgs.). *Modos de Governar*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 21-38.

LINEBAUGH, Peter. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, nº 6, setembro de 1983. pp. 07-46.

\_\_\_\_\_ ; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história do Atlântico revolucionário**. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.

MORGAN, Philip; GREENE, Jack P. The present state of Atlantic History. **Atlantic History: A Critical Appraisal**. New York: Oxford University Press, 2009, p. 09-24

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed.UFRJ, 2003.

THORNTON, John. **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800**. São Paulo: Campus. 2004.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. Tradução Tasso Gadzanis. 4ª edição. Salvador: Corrupio, 2002.